Perguntas e Respostas Esclarecedoras – PORTUGUÊS

- 1) Esclarecimento da redação do parágrafo 8 do memorial, pois da redação resulta que o emissor e o receptor do relatório são a mesma autoridade (em espanhol).
 - a) Esclarecimento Geral. Os parágrafos 8 e 9 da versão em espanhol do caso hipotético devem ser lidos da seguinte forma, pois houve um erro de redação (a versão em português não requere correção):
 - **8.** El 1 de junio de 2000 el Ministro de Salud remitió el informe al Ministro del Medio Ambiente solicitándole que se tomen las medidas pertinentes a fin de determinar el origen de la contaminación con mercurio que ha causado las muertes y afectado la salud de las personas que se indican en la misiva.
 - **9.** El 11 de junio de 2000 el Ministro del Medio Ambiente solicitó al Inspector Ambiental del Ministerio que iniciara las investigaciones correspondientes a fin de determinar el origen de la contaminación con mercurio y otros químicos, indicada en el informe Técnico del Ministerio de Salud y le formulara las recomendaciones pertinentes.
- 2) O processo administrativo sumário conclui que a empresa seja fechada imediatamente, chega-se a um acordo e, finalmente, no parágrafo 16 se estabelece que o Ministro do Meio Ambiente realizará uma inspeção de dois meses, e realizada a inspeção concluiu-se que a empresa não produz mais resíduos. Desejo saber se o Estado de Chuqui impôs alguma penalidade à empresa Androwita S.A à partir do relatório do processo administrativo sumário, independente da atuação de Por um Mundo Limpo.
 - a) No processo sumário administrativo impôs-se uma multa no total de US\$ 25,000.00, que foi efetivamente paga pela empresa.
- 3) A decisão do juiz civil englobou a indenização das vítimas e a limpeza da área. Desejo saber se depois da sentença do juiz civil suspendeu-se a licença da empresa Androwita S.A. para produzir produtos químicos.
 - a) A licença não foi suspensa.
- 4) Quais foram as exigências impostas por Chuqui à Androwita S.A. para a instalação da empresa, e para concessão das licenças municipais, sanitárias e ambientais?
 - a) As exigências foram aquelas estipuladas na legislação do Estado de Chuqui. Para obter as licenças respectivas era necessário, entre outros, elaborar um Estudo de Impacto Ambiental, e que o mesmo fosse aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente.
- 5) A solicitação por escrito feita pela ONG Por Um Mundo Limpo contra a decisão do Ministro do Meio Ambiente no processo administrativo (§18 do Caso Hipotético) tratava-se de um recurso administrativo? Em caso afirmativo, qual foi a decisão do Estado em relação à mesma?
 - a) Não, tratou-se de uma declaração pública feita através dos meios de comunicação.

- 6) Quando foi promovida a campanha de conscientização ambiental que a empresa Androwita S.A. se dispôs a realizar junto ao Estado? (§15 do Caso Hipotético)
 - a) Começou a realizar-se em janeiro de 2002.
- 7) Existe no Estado de Chuqui legislação penal em matéria de delitos ambientais?
 - a) Existem diversas normas no Estado de Chuqui que fazem referência a delitos contra o meio ambiente. Especificamente no caso em tela, a acusação fiscal e a sentença do juiz penal basearam-se em delitos culposos contra o meio ambiente.
- 8) Quais eram os padrões exigidos pela legislação ambiental, sanitária e municipal do Estado de Chuqui para a concessão de licenças?
 - a) Eram padrões normais e comuns aos outros países da região. Veja resposta 4.
- 9) Em média, que níveis de mercúrio as vítimas apresentavam no sangue?
 - a) As vítimas apresentavam elevados níveis de mercúrio no sangue
- 10) Segundo o item 22 do caso hipotético, o Tribunal Penal de Chuqui condenou o Engenheiro de Resíduos da empresa Androwita S.A. à pena de privação de liberdade de 24 meses por homicídio culposo decorrente da contaminação ambiental causada pela empresa. Por sua vez, na esfera cível, a mesma empresa foi condenada a indenizar em US\$5,000.00 as famílias de cada um dos mortos e em US\$2,000.00 cada uma das vítimas afetadas pela contaminação ocorrida, bem como na obrigação de descontaminar a área no prazo de 06 anos. Tais decisões, no que tange à natureza jurídica e ao "quantum" das penas criminais e cíveis, condizem com as sanções abstratamente previstas pela legislação interna do Estado de Chuqui?
 - a) A sanção penal imposta está dentro da margem com que se pode punir os delitos culposos contra o meio ambiente, que varia de 12 a 70 meses de reclusão. A sanção civil é determinada pela valoração do juiz e a legislação não estabelece nenhum "quantum determinado".
- 11) De acordo com o item 26 do caso hipotético, a Organização Por um Mundo Limpo apresentou denúncia ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Dentre os artigos a que a denúncia faz referência estão os artigos 8 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que tratam respectivamente das garantias judiciais e proteção judicial. Esses artigos, conforme o item 28 do caso hipotético, foram plenamente admitidos pela Comissão Interamericana. Sob quais argumentos ou teses, a Comissão admitiu a violação desses artigos?
 - a) Isto deve ser analisado pelas partes frente aos dados do caso.
- 12) Segundo o item 11 do caso hipotético, no ano de 1992, quando do início das atividades da empresa Androwita S.A., a mesma obteve regularmente suas licenças municipais, ambientais e sanitárias. Outrossim, conforme o item 14 do mesmo caso, determinou o Ministério do Meio Ambiente, em procedimento administrativo sumário, o fechamento da empresa Androwita S.A. até que ela mudasse os métodos de despejo de resíduos químicos. Quer isso dizer que os métodos de despejo dos resíduos decorrentes da manipulação do mercúrio não

haviam sido anteriormente informados pela empresa quando do seu licenciamento, não tendo o Estado de Chuqui, àquela época, tomado conhecimento do impacto ambiental decorrente das atividades a serem desempenhadas pela empresa Androwita S.A.?

- a) O Estado durante todo o tempo sabia que a empresa Androwita S.A. manejaria resíduos perigosos para a saúde humana, em especial mercúrio.
- 13) A conclusão do relatório (§ 14) e a determinação do Ministro do Meio Ambiente (§ 16) contemplam a adoção de medidas que garantam a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos químicos pela empresa Androwita S.A.?
 - a) Sim.
- 14) Quais as medidas adotadas pelo Estado de Chuqui e pela empresa Androwita S.A., desde o planejamento para implantação do empreendimento, para informar a população sobre os riscos da atividade poluidora e da contaminação produzida?
 - a) A partir de 2 de agosto de 2001 os Ministérios da Saúde e Meio Ambiente e a Municipalidade começaram uma campanha pública para informar a população sobre o que estava acontecendo. Além disso, explicavam os possíveis sintomas da contaminação e pediam que toda pessoa que sentisse algum sintoma se dirigisse imediatamente ao hospital público mais próximo. A empresa Androwita S.A. ajudou a financiar parte desta campanha.
- 15) Quais os impactos positivos e/ou adversos advindos da implantação e funcionamento da empresa Androwita SA para a comunidade local?
 - a) O principal impacto para a comunidade local foram as importantes novas fontes de trabalho direto e indireto que se criaram. Para o Estado as vantagens também foram muitas já que recebeu novos recursos. A desvantagem foi a contaminação causada.
- 16) Quando a empresa Androwita S.A. obteve as licenças para começar a funcionar? Antes ou após da ratificação pelo Estado de Chuqui das Convenções das Nações Unidas e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos?
 - a) A empresa Androwita S.A. obteve as licenças após a ratificação dos instrumentos internacionais das Nações Unidas e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
- 17) Segundo o parágrafo 28 do caso hipotético, a Comissão Interamericana concluiu que o Estado também era responsável pela morte de outras 4 pessoas e pelo dano a outras 10. Por que essas mortes e hospitalizações não foram incluídas na acusação do promotor da causa? Devem somar-se essas às 21 mortes e às 61 pessoas que sofreram danos a saúde já comprovadas?
 - a) Em relação às 4 pessoas falecidas e aos danos à saúde de outras 10 pessoas, essas não foram incluídas na petição original apresentada perante a Comissão pela organização Por um Mundo Limpo. Essas pessoas foram incluídas nas alegações perante a Comissão tão logo a organização Por um Mundo Limpo teve conhecimento de que o que havia acontecido com elas era igual ao que havia acontecido com as pessoas incluídas na petição original.

Em relação ao Promotor, esse não havia tomado conhecimento do que havia acontecido com essas pessoas, senão após a sentença emitida pelo Juiz. O Promotor então iniciou as ações condizentes ao caso dessas outras pessoas.

- 18) Que tipos de produtos químicos produz a empresa Androwita S.A. e que papel tem o mercúrio no processo de produção?
 - a) Irrelevante para o caso.
- 19) Que benefícios mútuos tanto trabalhistas quanto tributários Chuqui e os investidores obtém com a instalação da empresa nesse país?
 - a) Com relação aos benefícios para Chuqui ver resposta 15. Os benefícios para os investidores é a aplicação de um imposto consideravelmente mais favorável em comparação a outras empresas que funcionam em Chuqui e a aplicação de um regime trabalhista flexível.
- 20) No parágrafo 16 se indica que uma vez realizada a inspeção técnica em outubro de 2001 se concluiu que já não se estava despejando resíduos químicos no lugar onde se fazia normalmente. Onde estavam sendo despejados os resíduos?
 - a) Antes de outubro de 2001 os resíduos eram despejados sem maiores cuidados em recipientes inadequados em um terreno vizinho. Após outubro de 2001, começaram a ser despejados em reservatórios especialmente desenhados para evitar qualquer vazamento de mercúrio.
- 21) Em que data a Organização por um Mundo Limpo solicitou o fechamento definitivo da empresa Androwita S. A., antes ou depois do dia 2 de outubro de 2001?
 - a) A Organização por um Mundo Limpo solicitou o fechamento a empresa no dia 3 de outubro de 2001.
- 22) Quantas mortes causadas por mercúrio e outros agentes contaminantes foram registradas após 2 de outubro de 2001?
 - a) Tem-se conhecimento da morte de 4 pessoas.
- 23) Em que data em dezembro de 1999 foi emitido o comunicado inicial ao Ministro da Saúde e quanto tempo depois ele foi informado das mais de 30 pessoas hospitalizadas, conforme mencionado no parágrafo 6?
 - a) A comunicação foi enviada no dia 5 de dezembro, informando simultaneamente das mortes e hospitalizações.
- 24) Que critérios específicos a empresa Androwita S.A. teve que atingir antes que lhe fossem concedidas as licenças ambientais e sanitárias mencionadas no parágrafo 11?
 - a) Ver respostas 4 e 26.
- 25) Em que data a Corte de Apelação reafirmou a decisão da Corte Penal conforme mencionado no parágrafo 22?
 - a) Em 20 de fevereiro de 2004.

- 26) Segundo os dados do caso enunciados no parágrafo 11, a empresa Androwita cumpriu com os requisitos normativos em matéria de a) Investimento estrangeiro, b) Licenças sanitárias e
 - c) Licenças ambientais. Com base em que legislação e procedimentos dos incisos mencionados foram outorgadas as licenças de operação à citada empresa?
 - a) Todos as licenças para o funcionamento da empresa foram outorgadas pelas autoridades competentes, em conformidade com a legislação correspondente a cada matéria.
- 27) Dentro do sistema jurídico de Chuqui foi estabelecida como pré-requisito a avaliação de impacto ambiental para a abertura de empresas cuja operação venha a ocasionar impacto negativo considerável ao meio ambiente? Em caso afirmativo, a que autoridade Androwita apresentou tal estudo de impacto ambiental?
 - a) Sim, é necessário um estudo de avaliação de impacto ambiental. Os estudos de impacto ambiental devem ser apresentados e aprovados em última instância pelo Ministério do Meio Ambiente.
- 28) A morte de 4 pessoas, ocorridas entre 2000 e 2002, bem como os danos à saúde de outras 10 pessoas mencionadas no parágrafo 28, são diferentes dos enumerados no parágrafo 25. Solicitamos esclarecer ambos os dados.
 - a) Sim, são diferentes. Essas pessoas foram caracterizadas como supostas vítimas após a apresentação da petição original perante a Comissão.
- 29) O direito a um meio ambiente saudável tem reconhecimento constitucional no Estado de Chuqui?
 - a) Sim, o direito de viver em um meio ambiente saudável tem reconhecimento constitucional em Chuqui.
- 30) Seguindo a tendência internacional, o Estado de Chuqui possui mecanismos alternativos de solução de controvérsias ambientais, tais como a negociação ou a autocomposição?
 - a) Sim, os tem e são de caráter voluntário.
- 31) A partir da notificação do processo sumário administrativo, além das mencionadas, que medidas específicas Chuqui adotou para proteger a saúde dos habitantes das áreas próximas à empresa Androwita?
 - a) Ver respostas 14 e 59.
- 32) A legislação ambiental do Estado obriga que o órgão ambiental estatal faça uma inspeção "in loco" nas dependências da empresa antes de conceder a esta o licenciamento? Essa inspeção inclui verificação da existência e eficiência dos filtros contra poluição?
 - a) A legislação ambiental indica que o Ministério do Meio Ambiente deve fazer as inspeções adequadas e necessárias em toda empresa que necessite de um estudo de impacto ambiental para seu funcionamento.
- 33) Quais os nomes de todas as vítimas? Podemos criar os nomes das vítimas para fins de individualização das respectivas reparações caso estes nomes não sejam informados?

- a) Não, não se pode criar nomes.
- 34) A ONG teve autorização de todas as vítimas mencionadas no texto para representá-las perante a Comissão Interamericana e ingressar com a petição de denúncia do caso?
 - a) Sim.
- 35) Existe na legislação do Estado de Chuqui uma obrigação dos funcionários do Estado de supervisionar o cumprimento das atividades sujeitas a regulamentos ambientais?
 - a) Sim.
- 36) Existe na legislação do Estado de Chuqui uma obrigação dos funcionários do Estado de supervisionar o cumprimento das atividades sujeitas a regulamentos ambientais?
 - a) Sim. (* Repete-se a 35, mas se retirada mudará a ordem de todas as perguntas citadas nas respostas.)
- 37) Qual é a pena aplicável ao homicídio culposo segundo a legislação do Estado de Chuqui?
 - a) Uma pena que varia de 12 meses a 70 meses de reclusão.
- 38) Em que data a empresa Androwita começou a funcionar com o novo sistema de despejo de resíduos?
 - a) Em 30 de agosto de 2001.
- 39) Nos parágrafos 1 e 3 se faz referência aos benefícios do investidor estrangeiro em Chuqui e a uma desregulamentação no contexto de uma política de abertura para atrair recursos externos, conforme recomendações do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Neste sentido, gostaríamos de saber como se materializa essa política de desregulamentação e abertura no âmbito ambiental.
 - a) Isto deve ser parte do debate.
- 40) De acordo com os dados do caso, Androwita S.A. obteve várias licenças municipais, sanitárias e ambientais para iniciar suas atividades em Chuqui. Nossa pergunta se dirige a saber se Androwita S.A. teve que obter alguma licença especial por tratar-se de uma empresa que utiliza e produz químicos, em relação a empresas de outros seguimentos estabelecidas em Chuqui?
 - a) Sim, toda empresa que utiliza químicos deve obter uma licença especial para manipulação e despejo dos mesmos. Ainda, o estudo de impacto ambiental deve fazer referência e analisar esta situação.
- 41) De acordo com o parágrafo 20, Por Um Mundo Limpo, ao impetrar a ação civil buscava fazer efetiva somente a responsabilidade civil da empresa ou também a responsabilidade estatal pelos fatos?
 - a) A Organização buscou fazer efetiva somente a responsabilidade da empresa.

- 42) Em que consiste a normatização material e processual que rege as licenças municipais, o código sanitário e a legislação ambiental a que fazem referência os parágrafos 11 e 12 do caso hipotético?
 - a) Ver as diferentes respostas.
- 43) Suponhamos que quando se fala em sumário ambiental e sumário administrativo se refira à mesma coisa (parágrafos 12 e 14). Em que consiste esse sumário?
 - a) Os termos sumário ambiental e sumário administrativo são usados como sinônimos. No que tange a que consiste o sumário, ver parágrafo 12 do caso hipotético.
- 44) Como é que o mercúrio e outros agentes químicos entram em contato com a população de Chuqui, penetram o terreno e escorrem pelos lençóis freáticos?
 - a) Sim, dessa forma entram em contato com a população.
- 45) O Estado de Chuqui ratificou alguma convenção das Nações Unidas ou da OEA aprovadas após o ano de 1992?
 - a) Sim ratificou todas.
- 46) A ordem de fechamento da Androwita S.A. foi executada ou somente se emitiu a ordem e a mesma foi suspensa antes de ser executada?
 - a) A ordem de fechamento não foi executada porque foi suspensa por 2 meses pelo Ministro do Meio Ambiente. Ver resposta 71.
- 47) Existe um erro de redação no parágrafo 8 (em espanhol), a respeito da autoridade que envia o relatório ao Ministro do Meio Ambiente, e no parágrafo 9 a respeito da autoridade que solicita ao Inspetor Ambiental que inicie as investigações?
 - a) Ver resposta 1.
- 48) Com base no Ordenamento Jurídico de Chuqui, incluindo as leis internas, os tratados internacionais ratificados pelo País, a consolidação doutrinária e jurisprudencial etc. Existe algum mecanismo de repressão de crimes ambientais? (*Modificamos esta pergunta um pouco para poder traduzir-la.)
 - a) Sim, existe.
- 49) No parágrafo 16 afirma-se que após inspeção técnica do Estado, realizada em 02 de Outubro de 2001, constatou-se a cessação da contaminação do solo pela empresa. No entanto, afirma a Comissão em sua denúncia (parágrafo 25), datada de Junho de 2004, que a contaminação pela empresa persistia até aquela data. Sendo isto constatado pergunta-se se houve ou não a continuação da contaminação que deveria ter cessado em 2001.
 - a) Ver resposta 88.
- 50) A empresa Androwita S.A. cumpriu com as promessas feitas ao Ministro do Meio Ambiente, de pagar a multa imposta e promover junto ao governo uma campanha nacional de conscientização sobre a contaminação do ambiente?
 - a) Sim, cumpriu.

- 51) Quando foram emitidas as decisões finais da Corte de Apelação nos processos civil e criminal?
 - a) A Corte de Apelações confirmou a sentença penal em 20 de fevereiro de 2004 e a sentença civil em 30 de abril de 2004.
- 52) Quais eram os requisitos específicos da legislação de Chuqui regendo a entrada de todo investimento estrangeiro?
 - a) Irrelevante ao caso.
- 53) Quais eram os requisitos específicos do licenciamento municipal, sanitário e ambiental de Chuqui?
 - a) Ver respostas 4, 26, 27, 32, 39, 40, 57 e 90.
- 54) O Estado tinha alguma obrigação de monitorar ou tinha qualquer outra obrigação de fazer cumprir previstas nas licenças municipais, sanitárias e ambientais emitidas em nome da Androwita S.A.?
 - a) Isto deve ser parte do debate.
- 55) Com que base as sanções civis que impuseram compensação para as famílias das vítimas e um prazo de seis anos para limpar as áreas contaminadas foram determinadas?
 - a) Isso foi determinado pelo juiz com base no conhecimento que teve do caso.
- 56) Os indivíduos prejudicados poderiam ter ingressado com ações civis contra o Estado de Chuqui no judiciário doméstico?
 - a) Ver resposta 84.
- 57) Que leis domésticas Chuqui adotou para regulamentar e monitorar empresas como Androwita e para compensar membros do público que sejam prejudicados devido a degradação ambiental?
 - a) No Estado de Chuqui toda empresa que pretende exercer alguma atividade que tenha certo impacto ao meio ambiente ou na população deve submeter-se a um estudo de impacto ambiental. Além disso, em Chuqui existe uma legislação ambiental e legislação sobre a responsabilidade civil contratual e extracontratual. Dentro da legislação sobre responsabilidade civil, existe a ação civil de caráter sumário para casos ambientais, a qual foi utilizada no caso em tela.
- 58) Qual foi a extensão do dano material (financeiro e ambiental) causado às famílias residentes na área afetada?
 - a) No parágrafo 14 se indica que logo após terminado o processo administrativo não se pode determinar a extensão da área contaminada. Pode-se concluir, no entanto, que algumas das propriedades foram consideravelmente afetadas pela contaminação.
- 59) Que medidas Androwita e/ou Chuqui tomaram para limpar a área poluída e mitigar a chance de maiores danos às pessoas vivendo na região?

- a) O Governo de Chuqui e a Empresa Androwita S.A. começaram uma campanha de conscientização sobre a importância de viver em um ambiente sadio. A partir de 2 de agosto de 2001 os Ministérios da Saúde e Meio Ambiente e a Municipalidade iniciaram uma campanha pública para informar a população sobre o que estava acontecendo. Além disso, explicavam os possíveis sintomas da contaminação e pediam a toda pessoa que sentisse algum sintoma que se dirigisse imediatamente ao hospital público mais próximo. A sentença civil ordenou à empresa Androwita S.A. a limpar a área contaminada em um prazo de 6 anos (parágrafo 23). A empresa tomou as medidas condizentes para esse fim e o Ministério do Meio Ambiente e da Saúde começaram a monitorar tal cumprimento.
- 60) A legislação penal do Estado de Chuqui permite atribuir responsabilidade penal às pessoas naturais que ocupam cargos de direção em pessoas jurídicas?
 - a) Sim.
- 61) Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, como esse tema está regulado na legislação penal de Chuqui?
 - a) Irrelevante ao caso.
- 62) Que outras pessoas foram afetadas depois de 12 de julho de 2001?
 - a) Ver parágrafos 17, 21 e capítulo referente ao trâmite perante a Comissão.
- 63) Que mecanismos judiciais idôneos e efetivos existem no Estado de Chuqui para a proteção dos direitos ambientais e direitos fundamentais?
 - a) Em Chuqui existe o recurso de amparo para proteger os direitos fundamentais.
- 64) Que instrumentos internacionais em matéria ambiental o Estado de Chuqui ratificou a partir do ano de 1992?
 - a) O Estado de Chuqui ratificou todos os novos instrumentos internacionais em matéria ambiental desde 1992.
- 65) Que recomendações emitiu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Estado de Chuqui em relação ao caso concreto?
 - a) Não é necessário para a discussão do caso.
- 66) De acordo com o estabelecido nos parágrafos 7, 8, 9 e 10, entre o ano 2000 e o ano 2001 foram elaborados distintos relatórios por parte dos órgãos estatais. Esses relatórios foram publicados e especialmente foram conhecidos pela comunidade vizinha da empresa Androwita S.A.?
 - a) Os relatórios a que se referem os números 7, 8, 9 e 10 não chegaram ao conhecimento da comunidade vizinha, uma vez que foram emitidos pelas autoridades correspondentes. Esses relatórios começaram a ser conhecidos paulatinamente quando se iniciou a campanha pública a que se fez referência em diversas respostas.

- 67) De acordo com o estabelecido nos dados 10 e 18, que danos específicos sofreram as propriedades de uso público e privado, adjacentes à empresa Androwita S.A, em virtude dos resíduos químicos despejados por ela?
 - a) Algumas propriedades apresentaram agentes químicos em sua superfície e contaminação de lençóis freáticos.
- 68) Como parte das medidas adotadas em favor da população afetada pelos resíduos químicos, incluiu-se o fornecimento de água potável?
 - a) Continuou-se com o serviço normal de fornecimento de água.
- 69) A desregulamentação a que se faz referência no parágrafo 3 do memorial afetou as exigências quanto ao gerenciamento de resíduos para a emissão de licenças ambientais?
 - a) Isto deve ser parte do debate.
- 70) Existe algum servidor público que tenha entre as suas funções a de supervisionar e controlar o gerenciamento de resíduos químicos das indústrias que detenham licenças ambientais e que no presente caso possa ser objeto de imputação de responsabilidade pelos fatos ocorridos?
 - a) Sim, existem servidores públicos encarregados de fiscalizar o gerenciamento dos resíduos químicos nas indústrias. No caso em tela, o Promotor não apresentou nenhuma acusação contra o funcionário público conforme o estabelecido no parágrafo 21.
- 71) A forma na qual suspendeu-se o ato administrativo pelo qual se ordenava o fechamento imediato da Androwita S.A., foi em conformidade com o ordenamento jurídico de Chuqui?
 - a) De acordo com o parágrafo 16, o Ministro do Meio Ambiente tinha a faculdade excepcional de suspender um ato administrativo quando tivesse motivos suficientes para fazê-lo. O Ministro podia outorgar ao interessado um prazo máximo de 90 dias para cumprir com todos os requisitos do ato administrativo ou, caso contrário, o ato administrativo surtiria seus efeitos plenos.
- 72) Quais e de que tipo são as medidas aplicáveis de acordo com a legislação de Chuqui, às quais se faz referência no parágrafo 12 do caso hipotético?
 - a) Ver sumário administrativo e suas consequências.
- 73) Do caso se conclui que Chuqui ratificou "entre 1988 e 1992 todas as Convenções das Nações Unidas e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos" (parágrafo 3). Porém Chuqui ratificou os Protocolos da Convenção e mais especificamente o Protocolo de San Salvador?
 - a) Sim.
- 74) Pode-se alegar *Res Iudicata* em sentido aparente, de acordo com a decisão dos tribunais internos do Estado de Chuqui?
 - a) Isso deve ser resolvido pelos candidatos à luz do direito internacional de direitos humanos.

- 75) Em relação aos parágrafos 14 e 16, o que o Estado exige da Empresa para não fechá-la: que modifique os métodos de despejar seus resíduos químicos ou que deixe de despejar os resíduos químicos no terreno em que o fazia normalmente?
 - a) Solicitou-se à empresa ambas as medidas. Primeiro, que deixe de despejar os resíduos de maneira direta no terreno adjacente, e segundo que modifique os métodos de despejar os resíduos. Adicionalmente, solicitou-se e exigiu-se que suas atividades não ultrapassem os níveis permitidos de mercúrio. Ver também resposta 20.
- 76) Quantos, do total de falecidos por contaminação de mercúrio e outras substâncias químicas eram encarregados de prover o sustento familiar?
 - a) 11 pessoas proviam o sustento familiar e outras 2 ajudavam no sustento familiar.
- 77) Em relação ao parágrafo 28, das 4 pessoas que morreram durante os anos 2000, 2001 e 2002, quantos eram menores de idade?
 - a) Um era menor de idade.
- 78) Que autoridades assinaram as licenças municipais, sanitárias e ambientais necessárias para o funcionamento da empresa Androwita S.A. de acordo com a legislação de Chuqui? (relacionada com o parágrafo 11 do caso)
 - a) Ver resposta 90.
- 79) De acordo com a legislação interna ambiental, código sanitário e outras normas pertinentes quais são as medidas correspondentes que a empresa Androwita S.A. adotou em relação ao sumário ambiental iniciado por ordem do Ministro de Meio Ambiente? (relacionada com o parágrafo 12 do caso)
 - a) Deduz-se do texto e das respostas que medidas foram adotadas pela empresa uma vez que foi notificado os resultados do sumário administrativo.
- 80) Se a empresa Androwita S.A. não estava mais vertendo resíduos no terreno em que o fazia normalmente, onde despejava tais resíduos químicos? (relacionada aos parágrafos 16 e 17 do caso)
 - a) Ver respostas 20 e 75.
- 81) Quais poderiam ser os "outros agentes contaminantes" encontrados, de que classe de mercúrio se tratava (orgânico e/ou inorgânico) e em que quantidades?
 - a) Os outros agentes contaminantes são de variados tipos, alguns dos quais podem afetar a saúde humana.
- 82) Quais foram as medidas (técnicas/administrativas/civis/econômicas) adotadas pelo Estado e/ou pela Androwita S.A. para prevenir e/ou reverter intoxicações adicionais nas áreas afetadas? Em caso negativo, porque não e quem decidiu não adotá-las?
 - a) Ver resposta 59 e outras respostas relevantes.

- 83) Como se identificou as vítimas: especificando se elas viviam perto das áreas contaminadas e das instalações da empresa contaminante, indicando se as vítimas teriam contato com alguma fonte de água contaminada?
 - a) As vítimas intoxicadas foram identificadas a partir dos relatórios médicos. As vítimas falecidas foram identificadas a partir das certidões de óbito e dos relatórios médicos correspondentes. A partir dessa informação pode-se estabelecer que elas viviam ao redor da empresa Androwita S.A.
- 84) Poderia ter-se incluído o Estado de Chuqui como demandado no processo de responsabilidade civil no qual se condenou a empresa Androwita S.A. a reparar os prejuízos causados às vítimas?
 - a) Caso o Estado tivesse algum tipo de responsabilidade direta ou indireta poderia ter-se iniciado alguma ação civil contra o Estado.
- 85) No número 8 do caso, diz-se " El 1 de junio de 2000 el Ministro de Medio Ambiente remitió el informe al Ministro del Medio Ambiente solicitándole..." Existe o Ministro de Meio Ambiente e o Ministro de Saúde, qual é a ordem de envio do relatório? Por favor, esclareça esse fato já que se confundem os dois ministros.
 - a) Ver resposta 1.
- 86) Existia alguma regulamentação interna no Estado de Chuqui para o gerenciamento de resíduos químicos, como neste caso do mercúrio?
 - a) No Estado de Chuqui há uma regulamentação especial para o manuseio e despejo de resíduos perigosos para a saúde humana.
- 87) A empresa Androwita S.A. efetuou o pagamento pelos danos causados aos familiares das vítimas falecidas e hospitalizadas?
 - a) Sim, a empresa efetuou todos os pagamentos a que foi condenada.
- 88) Por um Mundo Limpo, em sua denúncia perante a Comissão, faz referência ao fato de que a contaminação continua afetando a propriedade das pessoas indicadas e suas famílias. Atualmente, onde estão sendo despejados os resíduos químicos?
 - a) Atualmente os resíduos estão sendo despejados de acordo com o indicado na resposta 20.
 O que acontece é que os resíduos já despejados no meio ambiente demoram em torno de 8 a 12 anos para desaparecer do meio ambiente.
- 89) Com que base o juiz civil estabeleceu o montante das indenizações na sentença emitida?
 - a) O juiz civil estabeleceu o montante das indenizações de acordo com a prova produzida pelas partes, a jurisprudência do Estado de Chuqui e seu juízo.
- 90) Quem são os funcionários encarregados de emitir as licenças municipais, ambientais e sanitárias, e zelar pela renovação, cumprimento e fiscalização das mesmas, e quais são os requisitos que Androwita S.A. tinha que cumprir para que outorgassem tais licenças?
 - a) Os funcionários encarregados de emitir as licenças correspondentes eram no âmbito da Municipalidade o Diretor de Meio Ambiente e Urbanização, no âmbito do Ministério do

Meio Ambiente o Diretor de Estudos de Impacto Ambiental e no âmbito do Ministério da Saúde o Diretor de Saúde Pública. Em cada uma dessas direções existem os departamentos encarregadas de zelar pela fiscalização e renovação das licenças correspondentes.

Para que se lhe outorgasse as licenças era necessário o visto de aprovação da Municipalidade e dos Ministérios de Meio Ambiente e Saúde. O Ministério do Meio Ambiente era o encarregado de avaliar, fiscalizar e dar o visto de aprovação final ao estudo de impacto ambiental. O Ministério da Saúde era o encarregado de zelar para que se cumprisse as normas de salubridade pública. A direção da Municipalidade indicada zelava para que se cumprisse com as normas municipais correspondentes.

- 91) A Corte Penal de Apelações confirmou a motivação da sentença do Tribunal Penal, e em caso negativo em que fundamentou-se sua decisão?
 - a) A sentença do Tribunal Penal foi confirmada integralmente pela Corte de Apelações. A decisão do Tribunal Penal continha uma motivação da sentença.
- 92) Na legislação penal de Chuqui, quando uma pessoa comete vários delitos, lhe é imposta a pena do delito mais grave ou se somam as penas de todos os delitos cometidos?
 - a) Impõem-se a pena do delito mais grave.
- 93) Os benefícios concedidos pelo Estado de Chuqui a investimentos estrangeiros contemplam normas cujo alcance comporta menor exigência ao cumprimento de normais ambientais?
 - a) Isto deve ser parte do debate.
- 94) Que posição têm os tratados internacionais dentro do ordenamento jurídico de Chuqui, precisamente sua prevalência ou submissão frente à ordem jurídica interna (conceito de bloco de constitucionalidade)?
 - a) Os tratados internacionais de direitos humanos formam parte do bloco de constitucionalidade do Estado de Chuqui.
- 95) Desde o momento em que se inicia o funcionamento da empresa (1992) até a notificação da primeira morte (1998) transcorreram seis anos sem que os fatos do caso informem qual foi a conduta do Estado nesse lapso de tempo. Igualmente, não informam qual foi a conduta da empresa frente ao gerenciamento dos resíduos após a imposição da sanção administrativa. Pergunta-se se o Estado exerceu ou não alguma vigilância efetiva do gerenciamento de resíduos e por meio de que durante o tempo de funcionamento da empresa.
 - a) No parágrafo 21 se indica que o Promotor não formulou acusação penal alguma contra nenhum funcionário público porque as autoridades não contavam com os instrumentos adequados para controlar efetivamente a contaminação que a empresa estava produzindo e por conseqüente não havia maneira de saber o que estava ocorrendo.
- 96) A equipe gostaria de receber uma descrição pormenorizada da estrutura do sistema judiciário de Chuqui
 - a) Em Chuqui existem tribunais de primeira instância, Corte de Apelações e Suprema Corte.

- 97) A equipe também deseja o envio da Constituição de Chuqui para saber se a demanda apresentada no caso hipotético apresenta alguma violação constitucional.
 - a) A pergunta vai além do caso hipotético.
- 98) Gostaríamos de receber o código de processo penal do Estado de Chuqui
 - a) A pergunta vai além do caso hipotético.
- 99) Em que consiste o sumário administrativo e o sumário ambiental e em que se diferenciam?
 - a) O sumário administrativo e o sumário ambiental são a mesma coisa no presente caso.
- 100) Nos parágrafos 8 e 9 (em espanhol), deve-se ler Ministro da Saúde no lugar de Ministro do Ambiente e quem solicita ao Inspetor Ambiental o início das investigações?
 - a) Ver resposta 1.
- 101) Em que momento torna-se de conhecimento público a contaminação ambiental causada pela Androwita S.A.?
 - a) A situação tornou-se pública quando a organização não governamental por Um Mundo Limpo a trouxe a conhecimento público. Ver parágrafo 18.
- 102) Existem no Estado de Chuqui leis que estabeleçam delitos contra o meio ambiente?
 - a) Existem diversas normas no Estado de Chuqui que fazem referência a delitos contra o meio ambiente.
- 103) O Estado de Chuqui proporcionou auxílios, subsídios, incentivos ou tem alguma forma de participação no capital social da empresa Androwita S.A.?
 - a) Não, o Estado não tem nenhum tipo de participação no capital social da empresa Androwita S.A.
- 104) Quais são aproximadamente, o patrimônio, as receitas por venda e as utilidades da empresa Androwita S.A?
 - a) Irrelevante ao caso.